Políticas públicas para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres

Public policies for the fight against domestic violence against women

Amanda Valeri Dias¹
Maíza Aparecida Moreira²
Marilda de Oliveira Lemos³
Cleide Henrique Avelino⁴

RESUMO

O trabalho realizado por meio de pesquisa bibliográfica evidencia a gravidade da violência crescente na sociedade, sendo que o alvo principal são as mulheres. A violência doméstica é uma expressão da questão social que atinge mulheres, independente da classe social, raça e etnia. Assim, a importância de políticas públicas que executam a proteção sobre essas mulheres é primordial para a consolidação de seus direitos, sendo indispensável a participação do Estado para garantir a liberdade e vida digna das mulheres em situação de violência. Além do mais, também a participação da sociedade é fundamental para combatermos esse fenômeno crescente.

Palavras – chave: Mulheres, Políticas Públicas, Sociedade, Violência doméstica.

ABSTRACT

The work carried out by means of bibliographic researches highlights the seriousness of the growing violence in society, being women the main target. The violence is an expression of social issues that affects women, regardless of social class, race and ethnicity. Thus, the importance of public policies that perform the protection over these women is essential for the consolidation of their rights, being indispensable the participation of the State to ensure the freedom and dignified life of women in situations of violence. In addition, also the participation of the society is essential to combat this growing phenomenon.

Keywords: Women, Public Policy, Society, Domestic Violence.

Introdução

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada sobre a violência contra as mulheres, especificamente a violência doméstica, que ocorrem nas relações entre pessoas da família independente de faixa etária, raça e classe social.

Apesar de muito antigo, o fenômeno da violência existente na sociedade vem tentando ser superado pelas mulheres desde meados da década de 1930, quando estas tiveram que lutar para conquistar seus direitos que não eram efetivados pela condição de serem mulheres.

¹ Acadêmica do 8º termo do curso de Serviço Social no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmica do 8º termo do curso de Serviço Social no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Assistente Social, Doutora em Ciências Sociais; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

Com essa demanda intensa de mulheres em situação de violência doméstica, a efetivação de políticas públicas foi um grande marco para as mulheres, em que os objetivos iniciais da pesquisa foram: analisar e conhecer as formas de combater a violência doméstica contra mulheres na garantia de acessos aos direitos à saúde e segurança; analisar a procedência dos mesmos aos atendimentos as vítimas e articulação da sociedade quanto ao enfrentamento da violência contra as mulheres.

A pesquisa analisou de que forma a Lei Maria da Penha está garantindo a proteção das mulheres, dessa forma, procurou conhecer o atendimento prestado pela Saúde, pelas Delegacias de Defesa da Mulher - DDMs e a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, políticas que reforçam o direito a proteção das mulheres.

As vítimas de violência apresentam resistência em procurar os serviços, pois, de fato, a violência ocorre em ciclos e um profissional mal instruído não compreenderá sua situação. Portanto, analisar se os serviços prestados são especializados e se há profissionais capacitados para o atendimento das vítimas.

Para o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica foi definido como pressuposto teórico que a Lei Maria da Penha trouxe avanços para a política de enfrentamento á violência contra as mulheres, apesar de ainda prevalecer às interpretações baseadas numa visão patriarcal para a aplicação da referida Lei.

Violência contra as mulheres

A violência sofrida por mulheres se define como expressões da questão social de natureza grave, manifesta-se por diversas formas: a violência psicológica, violência física, violência sexual, violência moral e violência patrimonial.

Violência, em seu significado mais frequente, quer dizer uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano. (TELES; MELO, 2002, p. 15)

No Brasil, a violência é um fenômeno que atinge a sociedade independente das classes sociais, de raça, gênero. Um projeto realizado pelo G1 (PORTAL G1, 2018), no qual foram apresentados os dados de vítimas de crimes violentos mês a mês no país, indicou que ao menos 11.578 pessoas foram assassinadas nos três primeiros meses deste ano no Brasil. O número de vítimas é ainda maior que esse –

isso porque a estatística não comporta os dados de cinco estados, que não divulgaram todos os números. Dois deles não informam os números de nenhum dos três meses.

Em outra pesquisa realizada no segundo semestre de 2018, pelo site Instituto Patrícia Galvão, estima-se que há 1 estupro a cada 11 minutos, 1 mulher assassinada a cada 2 horas, 503 mulheres vítimas de agressão a cada hora e 5 espancamentos a cada 2 minutos. Assim o Brasil continua sendo um dos Países que mais existe a violência.

Violência doméstica contra as mulheres

Outro tipo de violência que demonstra dados alarmantes é a violência de gênero, [...] *que pode ser entendida como “violência contra a mulher”, expressão trazida à tona pelo movimento feminista nos anos 70, por ser esta o alvo principal da violência de gênero.* (TELLES; MELO, 2002, p. 19), contra a pessoa do sexo feminino, cometida por homens, que se dá pelo machismo impregnado na sociedade. A violência contra as mulheres está presente em todos os lugares, além de ser uma violação dos direitos das mulheres, é também questão de saúde pública, pois em suas proporções afetam fisicamente e psicologicamente as mulheres.

Segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS (2016),

Estima-se que 35% das mulheres em todo o mundo já tenham sofrido qualquer violência físico e/ou sexual praticada por parceiro íntimo ou violência sexual por um não-parceiro em algum momento de suas vidas. Ao mesmo tempo, alguns estudos nacionais mostram que até 70% das mulheres já foram vítimas de violência física e/ou sexual por parte de um parceiro íntimo.

A violência doméstica psicológica traz muitas consequências à mulher porque destrói sua liberdade, autoestima e prejudica sua autonomia, deixando-a cada vez mais vulnerável.

Das violências abordadas neste artigo, a doméstica contra as mulheres, que segundo Machado; Gonçalves (2003, p. 26) caracteriza-se como,

Qualquer acto, conduta ou omissão que sirva para infligir, reiteradamente e com intensidade, sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou econômicos, de modo directo ou indirecto (por meio de ameaças, enganar, coacção ou qualquer outro meio) a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico privado (pessoas – crianças, jovens, mulheres adultas, homens

adultos ou idosos – a viver em alojamento comum) ou que, não habitando no mesmo agregado doméstico privado que o agente da violência seja cônjuge ou companheiro marital ou ex-cônjuge ou ex-companheiro marital.

Efetivamente as mulheres são o maior público afetado nesta violência. Frequentemente na maioria dos casos, as mulheres não conseguem quebrar o vínculo com o agressor por depender financeiramente deles, ou/e emocionalmente, ocasionando a submissão. Isso tem a ver, justamente com essa cobrança no papel atribuído às mulheres na sociedade: quando não cumprido suas atribuições no lar, por exemplo, acabam sofrendo punições.

Embora as mulheres fossem conquistando alguns direitos, como por exemplo, o voto, o direito ao trabalho assalariado, a participação na política e acesso à educação, o olhar voltado ao lar era e ainda é mais evidente. Esses papéis foram construídos pela sociedade patriarcal, no qual o homem é sempre mostrado como forte e a mulher inferior e submissa.

Em 2016, tramitaram na Justiça do Brasil mais de um milhão de processos referentes à violência doméstica contra a mulher, o que corresponde, em média, a 1 processo para cada 100 mulheres brasileiras. Desses, pelo menos 13,5 mil são casos de Femicídio, fora os casos que não são registrados. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2017)

Segundo Soares (2005), na maioria dos casos, a violência doméstica segue de um ciclo com três fases:

a) Momento de tensão: nessa fase podem ocorrer incidentes menores, como agressões verbais, crises de ciúmes, ameaças, destruição de objetos. Nesse período de duração indefinida, a mulher geralmente tenta acalmar seu agressor, mostrando-se dócil, prestativa, capaz de antecipar cada um de seus caprichos ou buscando sair do seu caminho. Ela acredita que pode fazer algo para impedir que a raiva dele se torne cada vez maior. Sente-se responsável pelos atos do marido ou companheiro e pensa que se fizerem as coisas corretamente os incidentes podem terminar. Se ele explode, ela assume a culpa. Ela nega sua própria raiva e tenta se convencer de que talvez ele esteja mesmo cansado ou bebendo demais.

b) Explosão: A segunda fase é marcada por agressões agudas, quando a tensão atinge seu ponto máximo e acontecem os ataques mais graves. A relação se torna administrável e tudo se transforma em descontrole e

destruição. Algumas vezes a mulher percebe a aproximação da segunda fase e acaba provocando os incidentes violentos, por não suportar mais o medo, a raiva e a ansiedade. A experiência já lhe ensinou, por outro lado, que essa é a fase mais curta e que será seguida pela fase c, da lua-de-mel.

c) Lua de mel: Terminado o período da violência física, o agressor demonstra remorso e medo de perder a companheira. Ele pode prometer qualquer coisa, implorar por perdão, comprar presentes para a parceira e demonstrar efusivamente sua culpa e sua paixão. Jura que jamais voltará a agir de forma violenta. Ele será novamente o homem por quem um dia ela se apaixonou.

As fases se sucedem em intervalos cada vez menores, tornando os episódios de violência mais frequentes. Para combater essa cultura machista são necessárias políticas públicas que atuem para combater a discriminação de que os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos.

É possível notar que a política pública é um fenômeno complexo que faz parte da sociedade atual, é uma ferramenta muito importante para o governo atingir seus objetivos. No Brasil a Carta Magna de 1988 estabelece no artigo 5º os direitos e garantias fundamentais de todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país, estes direitos e garantias apesar de estarem garantidos pela lei são, na prática, diversas vezes desrespeitados. A formulação e implementação de políticas públicas são ferramentas para combater o desrespeito aos direitos estabelecidos na Constituição e na formação de uma sociedade mais justa (BUFÁIÇAL, 2016).

Na década de 19, movimentos feministas agregaram-se para atuar a favor dos direitos iguais as mulheres e homens, e estes estão lutando até hoje para garantir os direitos das mulheres na sociedade.

Para Blay (2003),

A formação de entidades voltadas a abrigar mulheres vítimas de violência doméstica não tardou a se formar. Por todo o Brasil grupos de ativistas, voluntárias, procuravam enfrentar todos os tipos de violência: estupros, maus tratos, incestos, perseguição a prostitutas, e infundáveis violações dos direitos humanos de mulheres e meninas.

Com esse movimento, a violência contra a mulher foi ganhando visibilidade, tornando-se público.

Políticas públicas para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres

Em 2006, as mulheres brasileiras passaram a ter uma lei que a protege da violência. A Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha é um marco para as conquistas históricas dos movimentos das mulheres e movimentos feministas, e muito mais que isso, além de trazer medidas de punição prevê também ações públicas para prevenir a violência doméstica e ampliar a proteção à vítima.

A Lei Maria da Penha tem esse nome em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, cearense e biofarmacêutica; foi casada com Marco Antonio Herredia Viveiros, professor universitário, que a agrediu durante 6 anos. Em maio de 1983, tentou assassiná-la duas vezes, primeiramente com um tiro de espingarda enquanto ela dormia, deixando-a paraplégica. Seu marido relatou à polícia que assaltantes invadiram a casa e dispararam o tiro; e a segunda vez foi na tentativa de eletrocutá-la e afogá-la durante o banho. Após as tentativas de homicídio, Maria da Penha procurou a delegacia de polícia para buscar proteção do Estado, tendo primeiramente conseguindo resguardo judicial para ela e suas filhas contra o marido agressor. Somente após 20 anos o julgamento foi concluído, no entanto, o agressor foi condenado, mas ficou poucos meses encarcerado.

Após ter passado parte da vida sendo agredida, Maria da Penha escreveu o livro *Sobrevivi... posso contar*, e juntamente com defensores dos direitos humanos, no ano de 1998 sua denúncia conseguiu chegar até a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. O Brasil foi condenado, devido ao reconhecimento da tolerância diante a situação vivida por muitas mulheres, não punindo de forma efetiva o agressor e nem garantindo a proteção e prevenção da violência doméstica. (RIBEIRO, 2016).

Essa lei traz a proteção para todo tipo de violência cometido contra as mulheres, uma delas a violência doméstica, que não é apenas física, a Lei Maria da Penha também pune toda agressão psicológica, moral, sexual e patrimonial.

Política Nacional de Assistência Social – PNAS

No processo de estruturação da Assistência Social no Brasil pós CF/88, em 2004 surge a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, que,

Busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. (MDS, 2004, p. 05).

Reconhecida como direito do cidadão é responsabilidade do Estado a efetivação de serviços públicos de assistência social para atender a demanda nacional a PNAS tem como objetivo,

Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (MDS, 2004, p. 19).

A PNAS enfatiza a proteção social da família e indivíduos, portanto, a violência doméstica se caracteriza como demanda social dos serviços de proteção contra toda a forma de violência contra mulheres e apresenta caminhos para combater a violência nas suas diversas formas, pois fortalece o papel do Estado e a política como direito. (MDS, 2004).

Delegacia de Defesa da Mulher – DDM

A DDM foi um marco histórico para os movimentos feministas,

As DDMs, como já se situou, foram criadas pontualmente no processo de redemocratização da sociedade brasileira. Foi uma resposta do Estado às reivindicações feminista que, na época, já se referenciavam nos debates dos direitos humanos. Esse serviço significou a objetivação de condições de incorporação das questões relacionadas à violência de gênero e de âmbito privado ao Sistema Judiciário, embora não se tenha generalizado como um serviço disponível aos municípios em geral. (MIRALES, 2013, p. 99-100).

A violência decorrente da diversidade de gênero encontra-se inserida em um contexto social marcado por um pensamento que fortalece a desigualdade entre os sexos. No sentido que tal pensamento, baseados na desigualdade de gênero e na inferioridade feminina, ocasionou a inovação legislativa para proteger essa parte da população vítima da violência de gênero. (MIRALES, 2013.)

A legislação de enfrentamento à violência doméstica contra mulheres, a Lei Maria da Penha, reconhece que é necessário, no interior do sistema judiciário, a criação de espaços específicos para o atendimento as mulheres,

o que supostamente reafirma a necessidade da DDM. (MIRALES, 2013, p. 101-102).

Toda e qualquer forma de violência deve ser coibida pelo Estado, recusada pela sociedade e combatida pela família, para que as mulheres sejam amparadas os serviços devem contar com profissionais preparados a atender a demanda de vítimas de violência doméstica, pois é este o momento em que os profissionais iram orientar e acolher as vítimas para que a violência possa ser cuidada. (MIRALES, 2013).

A demanda crescente de violência contra mulheres posta a DDMs ocasionou na luta por especialização no atendimento.

Com avaliação das experiências que tiveram fonte na análise dos documentos gerados nos atendimentos realizados nas delegacias, puderam ser observados os limites dos serviços realizados pelas DDMs. Um destes limites é a pouca resolução apresentada nas situações atendidas, demonstradas ora pelo retorno da mulher ao serviço, ora pela não apresentação de resultados nos processos judiciais desencadeados, que eram arquivados ou, pode-se dizer, apresentavam resultados que não correspondiam à dissolução do conflito entre casal. (MIRALES, 2013, p.100).

Sendo assim, a demanda transpassa a estrutura dos serviços de acolhimento às vítimas e ocasiona na resistência das mulheres a procurar os serviços, portanto a vítima não correspondida e fortalecida continuam na situação de violência, a demora dos processos e as situações por conta da precarização do serviço ao decorrer levam a desmoralização das vítimas e ao conformismo da população.

Política de Saúde

A Constituição brasileira de 1988 garante saúde como um direito universal e dever do Estado a garantia à população a promoção à saúde pública. Segundo a Lei nº 8.080,

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988).

A lei fortalece a necessidade da política de saúde e enfatiza o papel do Estado com relações às questões emergentes e na proteção intransigente do ser humano. O

combate deve ser com relação a todas as formas de violência, sendo elas: ameaça, violência física, moral e psicológica, independente de raça, etnia e classe social, por isso a necessidade de profissionais capacitados a atender a demanda posta. (BRASIL, 1988).

Os direitos humanos são definidos como direitos próprios de qualquer ser humano, independentemente das nacionalidades ou de quaisquer outras condições, sendo, portanto, todos os seres humanos, sem distinção, os titulares desses direitos. Determinados direito, como direito a vida, à liberdade e à dignidade, devem ser universalmente protegidos. Isso significa que os Estados não podem violar esses direitos- na verdade, devem efetivar políticas e ações que promovam. (SCHRAIBER, 2005, p. 106).

A efetivação de políticas públicas e sociais são pilares para o começo de uma proteção e orientação social a demanda de violência doméstica, porém os avanços após as políticas são aos poucos efetivados de maneira ainda fragmentados pelo próprio sistema.

Toda política social é apenas um fragmento das políticas públicas. Não se tem o esgotamento da questão social por meio da ação dos profissionais que atuam e executam as políticas sociais, mesmo porque não é interesse da ordem econômica e social vigente que isso de fato se concretize. As instituições empregadoras dos assistentes sociais dependem de uma previa fragmentação das políticas definidas pelos organismos empregadores que estabelecem a prioridades das políticas públicas como um todo. Atuar na questão social por meio das políticas sociais representa apenas uma parte da ação de um todo que o compromisso profissional do serviço social quer extinguir: as múltiplas expressões da questão social. (SCHRAIBER, 2005, p. 472).

A saúde, historicamente, priorizava a questão da saúde das mulheres voltadas para a reprodução, tornado – se uma imposição da sociedade promovendo questionamentos das mulheres gerando reivindicações por meios para a prevenção da reprodução.

O uso reiterado e ineficaz dos serviços de saúde, tanto de urgência e emergência como de atenção primária, decorre, a nosso ver, da redução do problema às suas manifestações no corpo entendido da perspectiva biomédica, e da conseqüente invisibilização das situações de violências envolvidas. Este processo se tem historicamente uma comprovada eficácia técnica e simbólica, é concebido como medicalização, reduzindo à patologias, problemas que, além de médico-sanitários, são sociais. Desvelar a violência no interior dos serviços de saúde é, portanto, fundamental para que a situação possa ser compreendida em seu todo médico e

social e práticas assistenciais adequadas e intersetoriais, com a qualidade de um cuidado integral, possam ser oferecidas.

Este processo resultaria no entrosamento da saúde com os direitos humanos, e o das mulheres, lidando-se com sua violação em busca da recuperação desses direitos no restabelecimento da ética nas relações interpessoais, além do tratamento integrado dos agravos à saúde constatados e recorrentes. Esta perspectiva recoloca, portanto, os objetivos e o papel dos serviços de saúde, reorientando-os para um cuidado integral na assistência cotidiana e, sobretudo, fazendo-os somar com outras atuações sociais em movimentos ético-políticos contra a violência e a favor de seu controle e prevenção. (PIRES, 2009).

Análise das Políticas Públicas para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres

Após levantamento de referências bibliográficas é possível verificar que há políticas públicas para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres, porém ainda prevalece a interpretação patriarcal na articulação das políticas para as mulheres em situação de violência doméstica. Há resistência das mulheres para que as políticas públicas no processo de enfrentamento da violência contra mulheres se amplie e seja articulada de forma que acesse todas as vítimas.

Conclusão

Após a pesquisa realizada concluiu-se que a violência doméstica contra as mulheres está no seu estágio de aligeiramento constante e existente em suas múltiplas expressões, afetando quaisquer mulheres, independentemente da classe social, da raça e da idade. Após anos de lutas dos movimentos feministas, as mulheres foram conquistando seus direitos, tais como o direito a votar, ao trabalho assalariado, acesso a educação e participação na política. Quebrando assim, um pouco do paradigma de que a mulher é inferior e submissa ao homem.

Com toda essa demanda intensa de mulheres em situação de violência doméstica, o objetivo geral do projeto de pesquisa foi alcançado, pois demonstrou-se a efetivação de políticas públicas para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres. Chegou-se à conclusão que foram instituídas várias tentativas para a criação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência

contra as mulheres. Além disso, os serviços de saúde também foram ganhando visibilidade para atender mulheres em situação de violência, pois, além de ser uma violação de direitos, também é uma questão de saúde pública.

O pressuposto teórico foi confirmado, pois após anos de lutas, as mulheres conquistaram uma lei que passou a enxergá-las como mulheres de direitos e protegê-las da violência. Conhecida como Lei Maria da Pena, ganhou repercussão e com isso, busca a proteção também para outros tipos de violência contra as mulheres, sendo essas, a violência física, a psicológica, a moral, a sexual e a patrimonial. Porém, ainda prevalece a interpretação patriarcal da sociedade na aplicação da Lei, tornando-se fragmentada a proteção para as mulheres em situação de violência doméstica.

Referências Bibliográficas

BUFÁIÇAL, Ligia S.. **A importância de Políticas públicas para o combate à violência contra a mulher.** Disponível em: <<https://ligiasillos.jusbrasil.com.br/artigos/353933377/a-importancia-de-politicas-publicas-para-o-combate-a-violencia-contra-a-mulher>> Acesso em: 12 de maio 2018.

BLAY, Eva A.. **Violência contra a mulher e políticas públicas.** São Paulo: 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300006> Acesso em: 12 de maio 2018.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília - DF: Senado Federal, 1988.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Dados do judiciário sobre violência contra a mulher.** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85640-cnj-publica-dados-sobre-violencia-contra-a-mulher-no-judiciario>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

G1, Portal. **Monitor da Violência.** Disponível em: < <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/mapa-mostra-mais-de-11-mil-assassinados-no-1-trimestre-do-ano-no-brasil.ghtml>> Acesso em: 14 abr. 2018.

Galvão, Patrícia. **Cronômetro da violência contra as mulheres no Brasil.** Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/cultura-e-raizes-da-violencia/>> Acesso em: 29 nov.2018

_____. **Lei do Femicídio,** Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm> Acesso em: 23 abr. 2018.

_____. **Lei Maria da Penha**, Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.

_____. **Lei Orgânica da Saúde**, Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990.

MACHADO, Carla; GONÇALVES, Rui A.. **Violência e vítimas de crimes**. Coimbra: Quarteto, 2003.

MACHADO, Rosana P.. **Cartilha da violência contra a mulher: O Femicídio emerge de uma base social em que diversas formas de abuso da integridade da mulher são naturalizadas no cotidiano**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/cartilha-da-violencia-contra-a-mulher.htm>> Acesso em: 30 abr. 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS – SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf> Acesso em: 08 de maio 2018.

MIRALES, Rosana. **Violência de gênero: dimensões da lesão corporal**. Cascavel: Edunioeste, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Alguns números sobre a violência contra a mulher**. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-aviolencia-contra-as-mulheres-no-mundo/>> Acesso em: 15 abr. 2018.

PIRES, Ana Flávia. **Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero – uma alternativa para atenção primária em saúde**. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000400011> Acesso em: 30 nov. 2018.

RIBEIRO, Maiara. **O surgimento da Lei Maria da Penha e a violência doméstica no Brasil**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/52584/o-surgimento-da-lei-maria-da-penha-e-a-violencia-domestica-no-brasil>> Acesso em: 09 de maio 2018.

SCHWARTZ, Germano A. D.. **Direito à saúde: efetivação em uma perspectiva sistêmica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SCHRAIBER, Lilia B.. **Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos**. São Paulo: UNESP, 2005.

SILVA, Marlise. **Violência contra mulher: quem mete a colher?** São Paulo: Cortez, 1992.

SOARES, Barbara M.. **Ciclo da violência.** Disponível em:
<<http://www.pmpf.rs.gov.br/servicos/geral/files/portal/violencia.pdf>>.
Acesso em: 18 jun. 2018.

TELES, Maria; MELO, Mônica. **O que é violência contra mulher.** São Paulo:
Brasiliense, 2002.